

A CRÍTICA LITERÁRIA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Antonio Hohlfeldt

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Na introdução a seu livro *A universidade necessária*,¹ Darcy Ribeiro esquematiza as principais funções de uma universidade, de resto, de toda e qualquer escola. Estas duas funções, sintetizadas num único conceito, que é o posicionamento crítico que a universidade deve obrigatoriamente adotar, significam, de um lado, a sua possibilidade de examinar criteriosamente as opções assumidas pela sociedade em que ela se encontra inserida, discernindo sobre sua atualidade, utilidade ou acerto, e, num segundo momento, caso se opine por seu equívoco, oferecer ao meio social algumas alternativas práticas.

O caso brasileiro, contudo, conflita sob todos os aspectos com tal proposição. Deve-se lembrar, antes de mais nada, que a universidade brasileira, enquanto a da América Hispânica era instituída ainda no século XVI, foi criada apenas no século XX, e ainda assim por um motivo externo, qual seja, o de oferecer um título a uma autoridade internacional em visita oficial a nosso território nacional. Posteriormente, sua configuração, na década de 30, manteve-se atrelada, como aliás todas as instituições sociais brasileiras, aos interesses das elites, configurando-se como mais um instrumento de poder e domínio hegemônico das elites, como conceituará teoricamente Louis Althusser,² e que, na prática, o mesmo Darcy Ribeiro demonstrou posteriormente, no antológico ensaio intitulado "Sobre o óbvio".³

Tal situação fica ainda mais evidente quando se examinam a estrutura e o funcionamento dos chamados Cursos de Letras, e isto, independentemente da opressão que sobre eles se abateu após o golpe de março de 1964. Comparativamente, por exemplo, aos chamados cursos de artes, a situação absurda que vivem os cursos de Letras beira as raias do ridículo. Observe-se que num curso de

artes plásticas ou de música, o mínimo que se espera do aluno, do professor e do currículo é que se alcance a produção da obra de artes plásticas — em todas as suas variantes de bi ou tridimensionalidade — ou musical. No entanto, no curso de Letras isso não ocorre. Enquanto um aluno do Instituto de Artes aprende, no mínimo, a trabalhar o preparo de telas, a base da pintura, a moldagem, o uso dos estiletos para a escultura em madeira e dos instrumentos de escultura em pedra ou outros materiais; e no curso de música o aluno é capaz de dominar os rudimentos da composição musical ou da condução orquestral; o curso de Letras, por uma deformação que só se pode compreender se projetada à conta do desinteresse da elite em resolver o desafio dos altos percentuais de analfabetismo existentes em nossa sociedade, restringe-se a “formar professores”, e assim mesmo, com altas taxas de desqualificação.

Ora, dentro da lógica apontada acima, em relação aos cursos de artes, seria de se esperar que um aluno de Letras alcançasse, no mínimo, os rudimentos de uma leitura interpretativa do texto literário e, em um segundo momento, dominasse os instrumentos técnicos mínimos da criação literária e da crítica literária. Não se trata, obviamente, de criar o artista, mas sim de ampliar o domínio daquele que tenha a tendência para a criação literária, dos materiais e elementos componentes desta área de criação. Uma simples observação, contudo, dos currículos dos cursos de Letras, evidencia que os tempos disponíveis para a crítica e o exercício de criação literária são mínimos, quando existentes. Mais do que isso, após 1964, e especialmente ao final da década de 60, ocorreu um curioso fenômeno que logo invadiria a Universidade e encontraria refúgio especialmente nos cursos de Letras, que foi a tendência estruturalista, que Carlos Nelson Coutinho, muito apropriadamente, denominou de “miséria da razão”,⁴ e que deitou por terra toda e qualquer intenção de garantir um mínimo de espaço para a reflexão crítica e a criação independente e livre. O que já era precário tornou-se praticamente impossível. Chegou-se ao cúmulo de se trocar a leitura do texto literário original pela do que se escrevia a respeito da obra, com amplo predomínio especialmente para os esdrúxulos exercícios de pirâmides formais e matemáticas que reduziavam o texto literário, inesgotável do ponto de vista artístico, em simples fórmulas que escamoteavam o elemento humano fundamental a toda e qualquer manifestação artística.

Lembro-me que, quando aluno do curso de Letras, a cadeira de “Crítica Literária”, com dois semestres de duração, era optativa! Daí pode-se compreender o verdadeiro pavor que os professores de literatura possuem em discutir com seus alunos poesia, advindo daí a marginalização em que se coloca esta forma literária nas leituras geralmente recomendadas para I ou II graus: como os professores se sentem insatisfatoriamente preparados para a abordagem literária, resolvem o problema da maneira mais simples, exilando aquilo que não sabem. Por outro lado, aspecto também crítico é a maneira pela qual se forma o currículo dos cursos, aí também incluída a universidade: os programas, de modo geral, organizam-se pela ótica da seqüência histórica, dos primórdios ao presente, ou seja, começa-se pela leitura dos quinhentistas, no caso da literatura brasileira, e dificilmente se chega aos contemporâneos. O mais que se acaba fazendo é discutindo aspectos do chamado Modernismo de 22. O resultado é óbvio: os alunos desconhecem a literatura que lhes é contemporânea, isto é, nem acompanham nem formam opinião própria sobre a produção imediata, até porque a maior parte dos professores — inclusive os universitários — ao optarem ou manterem esta tendência da série historicista, evitam correr o risco — evidentemente sempre perigoso — da opinião pessoal, pois com os autores já consagrados podem-se dar ao luxo de apenas mencionar as opiniões críticas, igualmente consagradas, não chegando, sequer, a quaisquer tentativas de revisão crítica, como poderiam ser tentadas, como no caso de um Sousândrade ou mesmo de autores mais anteriores como um Alencar ou Machado, potencialmente visualizáveis sob outras óticas que não estas a que nos acostumamos. No que tange aos alunos, e então penso especialmente nos de II graus, creio ser milagre que ainda consigamos ter leitores nos dias de hoje, pois a maneira pela qual a Literatura, de modo geral, é abordada nos cursos, destina-se intrinsecamente a afastar o jovem da leitura, seja pelo pavor que a “dificuldade” de ler os clássicos gera, pelo estilo e pelos temas aprofundados que trazem, seja pelo fato de se distanciarem (aparentemente) das preocupações mais imediatas do jovem leitor, que também utiliza outra linguagem que não aquela que vem a encontrar nos livros. Para fechar o panorama, a “invenção” das fichas de leitura realmente termina por sepultar todo e qualquer aspecto atrativo da leitura, transformada então em uma obrigação de aula, abandonada tão logo se abandonam as classes, resultando no panorama depressivo que temos hoje em nosso país.

Pesquisas da UNESCO na França, mas aplicáveis ao Brasil até com maiores seqüelas, indicam efetivamente que até mesmo o cidadão de nível universitário só lê enquanto freqüentando os bancos escolares, diminuindo porém os índices de leitura à medida em que se afasta o período escolar. Na prática, estamos hoje com uma população de analfabetos muito grave, o que as estatísticas mal demonstram: temos os analfabetos de criação e pelo menos outro tanto de analfabetos que, embora capazes de ler, não criaram o hábito da leitura, transformada no período escolar em obrigação, e não em opção de lazer, tanto quanto as atividades lúdicas ou quaisquer outras que praticamos em nosso cotidiano.

Esta tendência a reduzir a literatura a uma série histórica de menções de nomes, datas e títulos, completa-se de maneira extremamente negativa com dois outros aspectos: a diminuição dos espaços destinados à crítica literária nos nossos jornais e as tendências do mercado editorial, que visualizam muito mais o livro enquanto mercadoria, e ditam "tendências" e "modas", do que uma maneira ampla de conhecimento e de afirmação da humanidade.

Historicamente, a chamada "crítica de rodapé" originou-se ainda no século XIX, quando uma crítica impressionista, mas nem por isso menos importante e até alcançando acertos veneráveis, pontuava todo o panorama literário de nosso país. Essa tendência, que aliás permaneceu praticamente até a metade do século atual, e aqui e ali ainda pode ser eventualmente encontrável, sofreria um primeiro e sério impacto com a introdução, a partir dos anos 50, dos conceitos do chamado "new criticism", trazidos por Afrânio Coutinho. Posteriormente, outras escolas encontrariam espaços entre nós, como a sociologia da literatura de Luckács e Goldman, o estruturalismo mal-entendido, e felizmente, nos dias atuais, uma crítica científica, se assim podemos chamar, oriunda dos cursos de pós-graduação e doutorado que, ultrapassados os equívocos estruturalistas já mencionados, cumprem a contento o seu papel, suprimindo inclusive as deficiências dos cursos de graduação, embora não com a intensidade com que se gostaria. Aqui também surge então um pequeno problema; a dicotomia entre esta chamada crítica científica, "scholar" e o simples e descomprometido comentário impressionista. Na verdade, a dicotomia que tem marcado nos últimos tempos as publicações ainda sobreviventes, não deveria ter esta força que na prática possui, e isso porque, se a crítica científica tem uma função específica, que é o aprofundamento da

leitura e das questões pertinentes à arte literária, o comentário de rodapé, em jornais ou revistas, cumpre uma outra função, paralela e igualmente importante, que é o registro imediato do movimento editorial de um país. Infelizmente, porém, ambos os espaços diminuem consideravelmente: nem as editoras vêm-se preocupando com a publicação dos ensaios literários produzidos com maior profundidade, exigindo a co-participação oficial do Instituto Nacional do Livro para "dividir custos", o que na prática significa apenas repassar ao INL o custo inicial da edição, nem os jornais mantêm seus espaços para a crítica de rodapé: o fechamento dos suplementos literários, o desaparecimento dos espaços para os comentários semanais é a nossa triste realidade atual, enquanto outro aspecto nascente e preocupante se impõe: a regionalização dos suplementos remanescentes, ou seja, uma tentativa discutível de "defesa" dos autores locais, visualizável atualmente tanto no Suplemento Literário de Minas Gerais quanto no "Correio das Artes", da Paraíba, para citarmos apenas dois.

A consequência de todo este panorama, evidentemente, é a da formação de críticos sem espaços, ou seja, profissionais desempregados, o que problematiza ainda mais a possibilidade eventual de que nossos cursos de Letras venham a corrigir seus equívocos e seus silêncios sobre a crítica e a literatura propriamente ditas. E no entanto, não nos podemos queixar, ao menos no que toca ao Rio Grande do Sul, seja da ausência de bons e novos críticos, seja da inexistência de autores. Aliás, os dois processos caminham paralelos, bastando levar-se em conta que o desenvolvimento literário sul-rio-grandense, que ganhou impacto e repercussão a partir dos anos 60, tem seu correspondente na crítica literária, hoje com pelo menos duas gerações de nomes respeitáveis e igualmente de reconhecimento nacional.

Concluindo, pois, acredito que debates e seminários como esse que, pela segunda vez, a Pontifícia Universidade Católica realiza entre nós, são de extrema importância, não apenas para que estudemos e avaliemos a situação, como para que possamos modificá-la. Ao menos, é isto o que espero, e por isso, acredito, tenho lutado, com persistência humilde, nos espaços que eventualmente disponho.

1. RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.
2. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
3. COUTINHO, Carlos Néelson. *Estruturalismo, miséria da razão*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1972.
4. RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. In: *Ensaio insólitos*. Porto Alegre, L & PM, 1979.
5. COUTINHO, Carlos Néelson. Op. cit. nota 3.